ISSN: 2358-8829

A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE POBREZA, DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO

Magno Santana da Silva [1]
Alan Denis Silva Araújo[2]

INTRODUÇÃO

A pobreza e as desigualdades sociais permanecem entre os principais desafios estruturais das sociedades contemporâneas, constituindo-se como fenômenos complexos que atravessam dimensões econômicas, sociais, políticas e educacionais. Nas últimas décadas, embora tenham ocorrido avanços na redução da pobreza em algumas regiões do mundo, os relatórios internacionais indicam que a superação desse problema ainda está longe de ser alcançada.

Dados recentes do Banco Mundial estimam que cerca de 700 milhões de pessoas vivem em situação de extrema pobreza no mundo, sobrevivendo com menos de US$ 2,15 por dia, o que corresponde a aproximadamente 8,5% da população mundial. Além disso, quando considerado um padrão de renda mais amplo, cerca de 3,5 bilhões de pessoas vivem com menos de US$ 6,85 por dia, condição frequentemente associada à pobreza em países de renda média.

Apesar dos avanços verificados em alguns países ao longo do século XXI, o ritmo de redução da pobreza tem desacelerado significativamente após a pandemia de COVID-19 e diante de crises econômicas, conflitos armados e mudanças climáticas. Estimativas recentes indicam que centenas de milhões de pessoas ainda poderão permanecer em situação de extrema pobreza até 2030, o que coloca em risco o

[1] Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), professormagno8@gmail.com

[2] Mestrando em Educação PPGEJA na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), profalandsa@gmail.com

cumprimento do primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que prevê a erradicação da pobreza em todas as suas formas.

No Brasil, embora políticas sociais e programas de transferência de renda tenham contribuído historicamente para a redução de indicadores de pobreza, as desigualdades socioeconômicas permanecem como uma característica marcante da estrutura social. Dados recentes indicam que milhões de brasileiros ainda vivem em condições de vulnerabilidade social, com acesso desigual a direitos fundamentais como educação, saúde, alimentação e trabalho digno.

Nesse cenário, a educação assume papel central tanto na compreensão crítica dessas desigualdades quanto na construção de possibilidades de superação das condições de pobreza. A escola, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), configura-se como um espaço privilegiado de formação crítica, no qual sujeitos historicamente excluídos do sistema educacional têm a oportunidade de retomar seus processos de escolarização e ampliar sua leitura da realidade social.

A EJA atende, em grande medida, trabalhadores e trabalhadoras que vivenciam cotidianamente situações de precarização do trabalho, baixa renda e exclusão social. Dessa forma, compreender como esses sujeitos percebem a relação entre educação, pobreza e desigualdade social torna-se fundamental para refletir sobre o papel da escola na formação da consciência crítica e na construção de processos educativos emancipatórios.

Esta pesquisa, adota uma abordagem qualitativa por meio de grupo focal. Trata-se de um estudo sobre A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE POBREZA, DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO, o objetivo central foi compreender a ótica do próprio educando da EJA sobre como a escola articula a questão social da pobreza com as desigualdades e a educação, de maneira sistemática, no currículo das diversas disciplinas. Dentre as inquietações e motivações deste artigo está a convicção de que o espaço escolar não pode ficar à margem de uma discussão tão relevante para a tomada de consciência da população empobrecida que frequenta por anos a fio instituições públicas de ensino e que, paradoxalmente, conclui seus estudos e formação

sem a devida reflexão sobre as causas e consequências da pobreza e das desigualdades sociais. De acordo com Freire (2020), o principal conhecimento que um estudante precisa adquirir é o conhecimento da sua situação de oprimido. Assim, a leitura do mundo das opressões e desigualdades, carregada na tinta da retroflexão, garante ao sujeito educando a sua própria transformação e, potencialmente, a transformação do mundo ao seu redor.

Para maior compreensão do problema, levantam-se alguns questionamentos: Os alunos da escola pública têm uma percepção clara da relação entre pobreza, desigualdade social e educação? Na visão deles, a escola pode influenciá-los na percepção da relação entre pobreza, desigualdade social e educação? Como e com que frequência esse tema é tratado no currículo das diversas disciplinas da grade curricular no cotidiano escolar?

Como os professores desenvolvem a reflexão sobre pobreza, educação e desigualdade social? Eles, efetivamente, abordam essa temática em suas disciplinas e práticas pedagógicas? Na busca de elucidação para essas questões, foi realizada uma pesquisa qualitativa com a construção dos dados por meio de um grupo focal com 12 estudantes da EJA (Educação de Jovens e Adultos) com idades entre 16 e 65 anos da Escola Municipal Dr. Orlando Imbassahy, localizada no bairro de São Marcos, município de Salvador-BA. A análise dos dados levantados pela pesquisa e as observações emanadas dessas inquietações dão forma ao escopo deste trabalho, que, por ter sido realizado no curto espaço de tempo disponibilizado pela universidade, não tem a pretensão de esgotar a discussão, e sim iniciar uma argumentação, a fim de retomá-la em estudos posteriores.

METODOLOGIA

Este estudo constitui-se em uma pesquisa qualitativa, tendo o Grupo Focal (GF) como instrumento de construção de dados. De acordo com Johnson (1994), os usuários dessa técnica partem do pressuposto de que a energia gerada pelo grupo resulta em maior diversidade e profundidade de respostas; isto é, o esforço combinado do grupo produz mais informações e com maior riqueza de detalhes do que o somatório das

respostas individuais. Em suma, a sinergia entre os participantes leva a resultados que ultrapassam a soma das partes.

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Dr. Orlando Imbassahy, no bairro de São Marcos, em Salvador-BA. O grupo foi composto por 12 alunos da EJA, com idades entre 15 e 65 anos, que buscam concluir seus estudos no turno noturno após suas jornadas de trabalho. Foram realizados dois encontros, conduzidos por um roteiro flexível distribuído em tópicos. As reuniões foram gravadas em dispositivo de áudio e as falas transcritas foram analisadas, levando em consideração a frequência e os aspectos subjetivos relevantes para a construção dos dados.

A fim de preservar a identidade dos estudantes e respeitar os aspectos éticos da pesquisa, os nomes citados são fictícios. Os dados foram organizados em categorias, tais como: desigualdade, acesso, pobreza, cidadania e dificuldades na formação, para serem, posteriormente, analisados a partir do método de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Desse processo, emergiram categorias centrais, como: a percepção da desigualdade infraestrutural, a negação da identidade de "pobre" e a qualidade da educação pública. A partir da construção dos dados, procedeu-se à análise categorial temática do conteúdo, colocado em diálogo com o Referencial Teórico que fundamenta este trabalho, tendo como chave epistemológica de interpretação a Educação Libertadora e as teorias críticas progressistas, partindo do pressuposto de que a educação é um ato político e uma "prática da liberdade" voltada para a superação das opressões (Freire, 2014).

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação, pobreza e desigualdade social

A importância da discussão sobre pobreza, educação e desigualdades no ambiente escolar tem sido estudada com mais intensidade nas últimas décadas. Em seu artigo, Yannoulas (2012) mapeia a produção científica relacionando esses temas por meio de estudos publicados no Brasil entre 1999 e 2009. À época, o levantamento evidenciou a preocupação da academia em investigar a temática, mas também apontou a escassa produção de pesquisas dessa natureza nas regiões Norte e Nordeste. Conforme aponta a autora:

> A produção bibliográfica sobre educação formal e situação de pobreza no período 1999-2009 é, em larga medida, uma atividade da região Sudeste do Brasil [...]. Não houve nenhuma publicação de artigo ou aprovação de trabalho de final de pós-graduação da região Norte ou Nordeste do Brasil. A realização desigual na produção do conhecimento sobre a temática é mais um indicativo da irregular distribuição dos incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento da pós-graduação no país. (Yannoulas, 2012, p. 332).

Estudar esse tema contribui para modificar visões reduzidas, preconceituosas e estereotipadas sobre a pobreza. Desde a academia, passando pela formação de professores e mudanças curriculares nos cursos de Pedagogia e Licenciaturas, uma proposta formativa que se debruce sobre a pobreza e seus desdobramentos pode fomentar políticas públicas que alterem a estrutura da educação básica, objetivando oferecer uma educação de qualidade aos mais vulneráveis, equiparando a oferta de conteúdo entre as classes sociais e garantindo direitos fundamentais como alimentação, moradia, emprego e saúde, pois a escola, isoladamente, não supre todas as demandas oriundas da precariedade social.

A pobreza não pode ser compreendida apenas como insuficiência de renda, mas como um fenômeno multidimensional que envolve o acesso desigual a direitos fundamentais. Nesse sentido, a escola está inserida em uma estrutura social marcada por desigualdades históricas, na qual os processos educativos são atravessados por relações de poder e classe. Para Frigotto (2006), compreender essa relação exige considerar as contradições do sistema econômico:

> A expansão da escolarização nas sociedades capitalistas não se explica apenas por uma necessidade cultural ou por um ideal democrático de acesso ao conhecimento. Ela está profundamente vinculada às necessidades de reprodução do próprio sistema econômico [...], ao mesmo tempo em que mantém amplos contingentes populacionais em posições subalternas no processo produtivo. (Frigotto, 2006, p. 98).

Saviani (2008), ao discutir a relação entre educação e trabalho, destaca que o processo educativo ocorre no interior das práticas sociais. Para o autor, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Todavia, a realidade brasileira evidencia uma estreita relação entre a pobreza e a educação formal, cujas bases de entendimento são aprofundadas por Frigotto em *A Produtividade da Escola Improdutiva*:

ISSN: 2358-8829

> A ampliação da escolarização serviria então, a um mesmo tempo, para que o capital pinçasse de seu bojo tanto aqueles necessários à produção imediata como aqueles que se alocam nos serviços — criando, dentro desse âmbito, a elevação constante dos requisitos educacionais, e também funcionando como justificativa de prolongamento da escolaridade e, consequentemente, retardamento do ingresso dos jovens no mercado de trabalho, fazendo da própria escola um mercado improdutivo. (Frigotto, 2006, p. 99).

Essa exigência crescente de qualificação atende à lógica capitalista de manutenção de um "exército de reserva", visto que nem todos os qualificados serão absorvidos pelo mercado. Para os menos escolarizados, resta a ausência de oportunidades, resultando em sub-remuneração, trabalho informal e desocupação. Nas teorias capitalistas, a pobreza é ora atribuída ao indivíduo (déficit de instrução), ora ao Estado ou ao mercado. Historicamente, os pobres têm sido marginalizados e estigmatizados como inferiores ou desprovidos de moral.

Contrariamente a essa visão, a pobreza deve ser apresentada como a principal resultante do modo de produção capitalista (Santos, 2023), que se baseia na exploração e na concentração de renda. A concepção neoliberal, segundo Marrach (1996), é ainda mais perversa: ao propor um Estado mínimo, precariza os serviços sociais para as camadas pobres enquanto favorece o mercado privado, tornando direitos básicos em atividades lucrativas que reforçam as desigualdades.

Educação Popular e a formação crítica na EJA

No campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a discussão sobre desigualdade assume relevância ainda maior, visto que seus estudantes são sujeitos historicamente invisibilizados, frequentemente reduzidos a estatísticas de "déficit educacional". Miguel Arroyo (2013) destaca que reconhecer as trajetórias sociais desses sujeitos, marcadas pelo trabalho precoce e exclusão escolar, é condição fundamental para que a escola se torne um espaço de diálogo e formação.

Essa perspectiva dialoga com Freire (1996), para quem a educação deve partir da realidade concreta dos educandos, reconhecendo saberes construídos no cotidiano. Segundo Freire, "não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes". O papel da educação é possibilitar o diálogo entre esses conhecimentos, permitindo que os sujeitos se reconheçam como capazes de transformar o mundo. Brandão (2006) reforça essa

visão ao afirmar que os saberes populares são legítimos e que a escola deve romper com a hierarquia tradicional entre conhecimento científico e popular.

Em suma, o real entendimento sobre a pobreza exige a consciência de que ela é uma questão social estrutural. A compreensão sobre as desigualdades deve ser uma responsabilidade curricular, tendo como objetivo, conforme Freire (2020), levar o aluno a uma percepção clara de sua própria condição para que a mudança nas consciências desemboque em atitudes concretas de enfrentamento e combate à exploração.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a construção e análise dos dados oriundos dos dois encontros do GF, podemos verificar que os estudantes envolvidos na pesquisa apresentaram, na sua maioria uma percepção crítica da realidades social/educacional que vivenciam nos seus processos formativos. Foram unânimes quanto ao entendimento de que fazem parte de uma classe social baixa, mas houve relutância em se perceberem como "pobres". O termo gerou uma atmosfera desconfortável para alguns, que chegaram a afirmar: “Não somos pobres! Somos ricos da graça de Deus!”. A aluna Silvia comentou: “Somos humildes, não somos pobres, porque não somos totalmente pobres e também não somos ricos”. Gilza Santos, 65 anos, contribuiu com a seguinte argumentação:

> Vivemos num país que tem o pobre e tem o rico, porém temos o que comer no dia a dia, temos a escola... A desigualdade social tem outra coisa, tem bons colégios, os alunos não precisam fazer o sacrifício que a gente faz. Tem crianças, e adultos também, que vêm comer aqui, tomar café, jantar aqui no colégio, porque muitas vezes não têm nada em casa, enquanto outros não precisam disso. Isso é desigualdade, então precisamos acabar com isso, somos todos humanos!

Para essa estudante, a desigualdade evidencia-se na oferta educacional: enquanto as classes abastadas frequentam instituições de qualidade, as camadas populares enfrentam privações. Esse cenário reflete a precarização do ensino público sob a lógica de políticas neoliberais que, conforme Marrach (1996), reduzem os investimentos sociais. No campo educativo, a principal consequência desse corte é a dificuldade de permanência dos alunos, que se veem confrontados por necessidades básicas de sobrevivência. Como vaticina Gilza (65 anos): “Tem crianças, e adultos

ISSN: 2358-8829

também, que vêm comer aqui, tomar café, jantar no colégio, porque muitas vezes não têm nada em casa, enquanto outros não precisam disso. Isso é desigualdade".

Quanto à relação entre pobreza e educação, a percepção mostrou-se clara, como demonstra o relato de Tailane, 26 anos:

> "Eles investem mais, os ricos investem na educação. Já na escola pública não, os governantes não investem, como diz, vai empurrando com a barriga... O maior exemplo é que ninguém aqui ganhou uniforme. Professores têm que trazer coisas de casa, comprar folhas, piloto... tudo isso influencia. Falta livro, falta material. Se você não tem uma base forte, não tem como levar adiante. Por isso que eu acho que em muitas escolas particulares os alunos têm melhores oportunidades... Aqui era para ter aula de informática, a gente não tem. Meu filho, na escola particular, tem informática e só tem 10 anos."

Nesse momento, ela foi interrompida por outro aluno, que afirmou que antes havia informática na escola, ao que ela questionou: "Acabou por quê? Porque não era do interesse dos governantes que nós aprendêssemos". A maioria dos participantes concordou que a desigualdade social se reflete na disparidade entre o ensino para ricos e a precariedade do ensino público. Fica evidente, assim, que os estudantes compreendem e são capazes de realizar uma crítica contundente das desigualdades sociais.

De acordo com Santos (2023), o mundo globalizado é apresentado como uma "fábula" onde haveria oportunidades para todos; um cenário marcado por avanços científicos e recursos de última geração que, na verdade, esconde uma perversidade: a exclusão da maioria da população, o que gera desigualdades severas. Diante disso, o autor propõe uma "outra globalização", viabilizada pela percepção e ação coletiva das classes subalternas por meio da tomada de consciência. A fala de Tailane imprime a este estudo essa consciência transformadora preconizada por Milton Santos e percebida pelos estudantes participantes do Grupo Focal (GF).

Quando indagados se a escola ajuda os alunos a se perceberem nessa estrutura, as respostas indicaram que o tema não é abordado com frequência. Segundo eles, no corrente ano, não houve debates sobre pobreza e desigualdade. A aluna Tailane argumentou sobre essa ausência:

> Na verdade, a maquiagem existe. Os professores seguem protocolos, tem certos tipos de coisas que os professores não gostam de abordar porque o governo não deixa. A verdade é essa: política, religião... essas coisas o governo não permite mais." (Tailane, 26 anos)

Apesar da escassez do debate no cotidiano escolar, a aluna Valdelice, 62 anos, reconhece a importância da discussão para a formação da consciência:

> Se as pessoas tivessem consciência, os jovens também poderiam lutar para que a vida melhore... e estudando essa consciência vem. Hoje, se a pessoa sabe, passa; se não sabe, passa do mesmo jeito. Por quê? Quanto mais burro melhor, porque a pessoa não tem conhecimento. Se não tem consciência, a pessoa continua na escuridão."

Essa fala evidencia a leitura crítica do contexto educacional, marcado pela "violência epistêmica" apontada por Arroyo (2019). Demonstra, ainda, a tese de que, por meio da leitura de mundo (Freire, 2020), surge a consciência da condição de oprimido, fundamental para a percepção de que a falta de conhecimento mantém o sujeito na “escuridão”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou levantar questões relativas à tríade educação, pobreza e desigualdades sociais, circunscritas à percepção dos alunos da EJA sobre a relação entre esses três conceitos e sua abordagem no cotidiano escolar. Considera-se que a pobreza é uma questão social das mais graves e que o debate em torno dela é de grande relevância para a formação da consciência crítica e, consequentemente, para o seu enfrentamento.

Faz-se necessária a compreensão de que a criticidade para o exercício da cidadania é potencializada pela educação. A abordagem desse tema no cotidiano escolar pode gerar nos estudantes uma percepção mais clara da realidade em que se encontram, impulsionando-os a uma tomada de atitude com potencial de transformação pessoal e social. Após a revisão bibliográfica revelar o interesse de pesquisadores, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste do país sobre o objeto de estudo deste trabalho, problematizou-se a relevância da discussão no seio da escola sob o enfoque da percepção do estudante da EJA sobre a relação entre a educação, a pobreza e as desigualdades sociais.

Dentre as variadas metodologias, a pesquisa de Grupo Focal (GF) foi adotada e atendeu satisfatoriamente à demanda de tempo para a realização do trabalho, além de fornecer dados robustos para a análise.

ISSN: 2358-8829

Contingentes empobrecidos frequentam diariamente as escolas públicas no turno noturno em diversas modalidades. A Educação de Jovens e Adultos é, notadamente, oferecida a trabalhadores e trabalhadoras que buscam concluir seus ciclos de aprendizagem para atender às demandas do mercado, buscando qualificação para romper com o ciclo da pobreza. A reflexão sobre as causas e desdobramentos desse fenômeno pode ser um vetor de empoderamento e tomada de decisões.

Todavia, a pesquisa mostrou que o tema não tem sido discutido de maneira relevante no cotidiano da escola. Este trabalho não teve a pretensão de esgotar o assunto, mas de evidenciar a percepção dos alunos da EJA. O estudo aponta uma relativa percepção do tema por parte dos discentes, porém ainda superficial, carregada de senso comum e com certa rejeição à apropriação do termo “pobre”, talvez pela falta de uma abordagem mais frequente e aprofundada no currículo das diversas disciplinas sobre o real significado da pobreza e das desigualdades sociais.

Ficou claro que, pela ausência de um debate sistemático, as percepções sobre a relação entre pobreza, educação e desigualdades sociais ainda são insuficientes para o seu real enfrentamento. Todavia, as ponderações levantadas pelos participantes sinalizaram um nível de letramento que Freire (2020) considera fundamental: a leitura do mundo, que precede a leitura da palavra. Se as práticas pedagógicas fizerem uso desse conhecimento prévio e fomentarem o debate intencional, é possível alcançar um resultado potencialmente transformador.

Os resultados revelam que, embora os estudantes possuam uma certa percepção das assimetrias infraestruturais entre o ensino público e o privado, há uma marcante relutância na autoidentificação como "pobre", muitas vezes substituída pela noção de "humildade". Evidenciou-se, ainda, que o debate sobre as causas estruturais da pobreza é escasso no currículo formal, configurando uma ocultação epistêmica que dificulta a tomada de consciência da condição de oprimido. Conclui-se que a escola precisa integrar a "leitura de mundo" dos sujeitos às práticas pedagógicas, transformando o espaço escolar em um *locus* de emancipação e enfrentamento das desigualdades sociais.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DIAS, Cláudia Augusto. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação & Sociedade**, v. 10, n. 2, 2000.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez Editora, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 73. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 2006.

JOHNSON, David W. **Group Therapy**. In: Handbook of Group Psychotherapy. New York: John Wiley & Sons, 1994.

NAÇÕES UNIDAS Brasil. **Pobreza está cada vez mais concentrada em grupo de 48 países, alerta UNCTAD**. 2026. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/75232-pobreza-está-cada-vez-mais-concentrada-em-grupo-de-48-países-alerta-unctad. Acesso em: 07 mar. 2026.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2008.

YANNOULAS, Silvia Cristina; ASSIS, Samuel Gabriel; FERREIRA, Kaline Monteiro. Educação e pobreza: limiares de um campo em (re)definição. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 50, 2012.